

JORNALISMO:

Silêncios,
censuras
e potências

Cláudia Lago
Monica Martinez (orgs.)

apoio:



CAPES

EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
BIBLIOTECÁRIA ELIANE LEMOS – CRB: 5866

E16

Jornalismo: silêncios, censuras e potências [recurso eletrônico] / [organizadoras] Cláudia Lago, Monica Martinez. 1. ed. – São Paulo, SP : Balão Editorial, 2017. recurso digital; 118 p.

“Trabalhos apresentados no 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (14º SBPJor) realizado na Universidade do Sul de Santa Catarina, a Unisul, em Palhoça (SC) de 9 a 11 de novembro de 2016.”

Formato: ePUB

Requisitos do sistema: Adobe Digital Edition

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-63223-56- 2 (recurso eletrônico)

1. Jornalismo. 2. Jornalismo - Pesquisa. 3. Pesquisa - Metodologia. 4. Livros eletrônicos. I. Lago, Cláudia, 1964-. II. Martinez, Monica, 1966-.

CDD 070.01

0067/2017

CDU 070

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM JORNALISMO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Carlos Franciscato

Rafael Grohmann

Sérgio Gadini

1. Introdução

A pesquisa em jornalismo vem alcançando uma institucionalização dentro do sistema de pós-graduação no Brasil que tem se intensificado nos últimos anos, com o surgimento de cursos de mestrado específicos na área e a ampliação do número de linhas de pesquisa em programas de comunicação tendo o jornalismo como foco central de estudos. Esse movimento de expansão teve seu início há 40 anos, na década de 1970, com as defesas das primeiras teses de doutorado em jornalismo no Brasil, mesma época em que houve o início da pós-graduação em comunicação no país. Na década seguinte, trabalhos como de José Marques de Melo, Nilson Lage e Adelmo Genro Filho auxiliam a reforçar a pesquisa específica em jornalismo.

Nos anos de 1990, a investigação em jornalismo atravessa um refluxo institucional na pós-graduação. Se por um lado as investigações se ampliam em quantidade e diversidade, a pós-graduação em comunicação movimenta-se em direção a um modelo que privilegia as teorias da comunicação, guardando pouco espaço para as áreas específicas. Será apenas com a virada da década de 2000, período caracterizado por um movimento de expansão dos PPGs em Comunicação, que os espaços para jornalismo novamente se abrem com a criação da linha de pesquisa em “Jornalismo e Sociedade” no Mestrado e no Doutorado da Universidade de Brasília e a formação de grupos de trabalho específicos em jornalismo em eventos como a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Em 2003, pesquisadores em jornalismo se reúnem em um congresso na UnB e consideram estratégico institucionalizar o campo, fundando a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

Novo ciclo de expansão do jornalismo nos PPGs se inicia na metade dessa década. A UFSC consegue aprovar na Capes, em 2007, o programa de Mestrado em Jornalismo. A experiência inovadora sinaliza ser precursora de uma nova fase, que estimula o surgimento de linhas de pesquisa específicas em programas tradicionais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e em programas novos (Faculdade Casper Líbero e Universidade Federal do Piauí). Em 2013, surgem dois novos PPGs em Jornalismo: da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal da Paraíba, este inaugurando a pós-graduação profissional na área. Duas novas experiências de mestrado profissional são criadas no FIAM-FAAM – Centro Universitário (2015) e na Escola Superior de Propaganda e Marketing (2016).

A expansão da pós-graduação em jornalismo exemplifica um movimento de crescimento de toda a área de comunicação nas décadas de 2000 e 2010, fazendo com que, em 2017 (dados até maio), a pós-graduação em Comunicação no país reunisse um universo de 77 cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado que participam da área de Comunicação e Informação¹ junto à Capes (Tabela 1). Destes, apenas dois programas de pós-graduação em Comunicação no país apresentam as três modalidades de cursos (Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ) e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM – SP).

Tabela 1 – Cursos de pós-graduação em Comunicação no Brasil (até maio/2017)

Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Total
47	24	6	77

Fonte: site Capes.

1. A Capes determinou, por meio da Portaria Capes nº 234, de 15/12/2016, a alteração da denominação da área de avaliação, passando de Ciências Sociais Aplicadas I para Comunicação e Informação. Em 2017, a área de Comunicação e Informação junto à Capes está sendo coordenada pelos docentes Mauricio Lisovsky (UFRJ – coordenador), Marisa Bräscher Basílio Medeiros (UFSC – coordenadora adjunta) e Gisela Eggert Steindel (UDESC – coordenadora adjunta de Mestrado Profissional).

Entre os 77 cursos de pós-graduação em Comunicação², cinco são cursos de mestrado em jornalismo (três acadêmicos e dois profissionais) e um curso de doutorado. Além disso, outros seis cursos na área de comunicação apresentam linhas de pesquisa em jornalismo. Englobam um conjunto rico e específico de conhecimentos que envolve teorização, desenvolvimento metodológico, relações com a graduação e com o mundo da produção em jornalismo.

A proposta de realização de seminários específicos reunindo programas de pós-graduação com ênfase em jornalismo (cuja sigla é PósJor) surgiu em 2013, como uma das possíveis atividades do 11º Encontro Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), buscando estimular a aproximação, a troca mais contínua de experiências na pós-graduação e a constituição de identidades na formação avançada em jornalismo. Neste primeiro seminário, foram apresentadas contribuições da pós-graduação brasileira ao ensino, à capacitação e à pesquisa na área do jornalismo, a partir de relatos de membros destes programas de pós-graduação, constituindo um primeiro panorama da atuação dos programas existentes, das linhas de pesquisa dedicadas à área, assim como da produção técnico-científica efetivada nos últimos anos.

Neste artigo, vamos abordar este esforço de institucionalização da pesquisa em jornalismo nos programas de pós-graduação brasileiros. Inicialmente, é necessário entender a base acadêmica constituída em cursos de graduação em jornalismo a partir da metade do século passado. Em seguida, destacaremos alguns perfis predominantes desta pós-graduação específica, como as experiências de mestrado profissional e a emergência da pesquisa aplicada. Assim, os seminários PósJor surgem para criar um ambiente favorável à articulação destas iniciativas.

Ensino e pesquisa do jornalismo no Brasil

O ensino de Jornalismo no Brasil, com status de formação universitária, registra o ano de 1947 com a criação da primeira Escola pela Fundação Cásper Líbero (em São Paulo), seguida pela implantação do curso de Jornalismo da Uni-

2. Os 77 cursos são mantidos por 55 programas de pós-graduação em Comunicação. Destes programas, 25 ofertam simultaneamente duas modalidades de curso (mestrado e doutorado acadêmico).

versidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1948. Alguns anos depois, em 1961, começa a funcionar o primeiro curso de Jornalismo na região Nordeste: na Universidade Católica de Pernambuco, sob coordenação do jornalista, professor e pesquisador Luiz Beltrão, também reconhecido como um dos pioneiros da pesquisa em Comunicação Social no País.

Em ritmo lento, mas associado ao processo de urbanização, o Brasil chega ao final da década de 1980 com cerca de 50 cursos universitários em Comunicação em que há oferta da habilitação ou curso de Jornalismo. Majoritariamente, as instituições que ofertam Jornalismo são públicas (federais, além de estaduais em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro). É a partir da década de 1990 e nos primeiros anos deste século que a oferta de cursos de Jornalismo registra uma “explosão”, passando para mais de 200 e, respectivamente, atingindo a marca de 350 autorizações de funcionamento no final da década seguinte (2010).

É neste contexto que a oferta da pós-graduação surge primeiro em Comunicação e, mais de três décadas depois, registra um reconhecimento pela criação de cursos voltados à pesquisa em jornalismo. Sua institucionalização dentro do sistema de pós-graduação no Brasil se intensifica no início do século XXI, com o surgimento de cursos de mestrado específicos na área e, também, com a ampliação do número de linhas de pesquisa em programas de comunicação tendo o jornalismo como foco central de estudos. Esse movimento de expansão teve seu início há mais de 40 anos, com a defesa, em 1973, da primeira tese de doutorado em Jornalismo no Brasil, pelo professor José Marques de Melo, na Universidade de São Paulo.

A década de 1970 marca o surgimento da pós-graduação em Comunicação no país, com os programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1970), Universidade de São Paulo (1972), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), Universidade de Brasília (1974) e Metodista de São Paulo (na ocasião, ainda Instituto – IMES, em 1978), todos em nível de mestrado, inicialmente.

É neste contexto que surgem boa parte das dissertações e teses, que geram publicações bibliográficas, como as obras de Marques de Melo e a de Nilson Lage, na UFRJ, em 1979. No início da década de 1980, Marques de Melo consolida um campo de investigação em jornalismo junto ao PPG da ECA-USP, tornando-se

referência nacional na área. Na mesma década, Adelmo Genro Filho defende, em 1986, a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, com a obra *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*, que se torna um dos clássicos conceituais em jornalismo no Brasil.

A política econômica no Brasil dos anos 1990 amplia a oferta de vagas no ensino superior privado e, regra geral, limita o crescimento da universidade pública e, por consequência, “congela” a pesquisa e a pós-graduação em todas as áreas. Na comunicação, não é diferente: as poucas ofertas de novos cursos na área focam em amplas e genéricas perspectivas, relegando a pesquisa em jornalismo a eventuais esforços isolados e com pouco espaço na pós-graduação. É só a partir de meados da década de 2000 que surgem as primeiras iniciativas de PPGs que reconhecem um espaço existente na busca por projetos de investigação em jornalismo, tanto como linhas de pesquisa em programas de comunicação e, em seguida, com cursos específicos em estudos, processos, teorias e rotinas editoriais em jornalismo.

O fortalecimento da pós-graduação registra, simultâneo ao processo de formação de pesquisadores, a retomada de revistas acadêmicas e também a organização de entidades representativas da investigação no campo. O grupo de trabalhos em Jornalismo da Intercom, criado em meados dos anos 1980, logo indica o aumento de demandas de espaços institucionais e também eventos para discutir a pesquisa em Jornalismo. Fortalece-se, assim, o GT da ALAIC, surge o GT em Jornalismo da Compós e, em novembro de 2003, um grupo de pesquisadores funda a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) durante encontro na Universidade de Brasília.

A sintonia de demandas integra esforços de grupos de docentes em todo o País e, em 2007, a Capes autoriza a abertura do PPG em Jornalismo da UFSC, o primeiro na área em nível nacional.

3. De Brasília a Campo Grande até Palhoça

É na mesma perspectiva que, em 7 de novembro de 2013, acontece o *I Seminário de Pós-Graduação em Jornalismo*, paralelo ao 11º Encontro Anual da

Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizados na Universidade de Brasília. A primeira edição do Seminário da Pós-graduação reuniu expositores representantes dos PPGs e Linhas de Pesquisa em Jornalismo para a mesa “perfil e áreas de atuação da pós-graduação em jornalismo”. Na segunda etapa do evento, os participantes apontaram estratégias de ações cooperativas, parcerias institucionais e formação de redes de programas, com base nas experiências apresentadas pelos PPGs e Linhas de Pesquisa, assim como discutiram um formato de produto editorial reunindo experiências do seminário e aprovaram um relatório final das propostas de trabalho.

A primeira edição do seminário PósJor no país realizou um mapa da situação da pós-graduação, com base em apresentações de representantes dos PPGs em Jornalismo, na ocasião, em funcionamento (UFSC, UEPG e UFPB) e por integrantes das linhas de pesquisa em atividades nos PPGs em Comunicação (UnB, UFRGS e Unisinos). Em seguida, houve um debate com destaque para estratégias de ações cooperativas, parcerias institucionais e formação de redes de programas, com base nas experiências apresentadas pelos PPGs.

O *II Seminário Nacional da Pós-Graduação em Jornalismo* foi realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, no dia 4 de novembro de 2015. Participaram do seminário representante do PPGJor da UFSC (Eduardo Meditsch), MsJor da UEPG (Sérgio Gadini) e Jornalismo da FIAM (Rafael Grohmann). As indicações do texto aprovado em novembro de 2015 revelam algumas das principais demandas dos pesquisadores que atuam nos Programas de Pós-Graduação em Jornalismo do país:

- Incentivar, a partir das coordenações colegiadas dos PPGs em Jornalismo, ações para estabelecer relações entre os programas de pós-graduação em Jornalismo, linhas e grupos de pesquisa especializados em jornalismo nos demais programas de Comunicação, para que superem dificuldades de atuação provocadas por eventual isolamento;
- Ampliar, em sintonia com entidades representativas do Jornalismo (pesquisa, ensino e pós-graduação), a apresentação de propostas para

um crescente reconhecimento e institucionalização de novas propostas de PPGs, áreas de concentração e linhas de pesquisa especializadas no campo;

- Fortalecer, por meio de permutas e diálogos, as publicações mantidas pelos PPGs em Jornalismo já existentes (*Estudos de Jornalismo e Mídia*, *Âncora*, *Pauta Geral*, *Parágrafo*, *BJR*, dentre outras), atentando para a importância de qualificar as respectivas produções editoriais mantidas pelos PPGs e entidades acadêmicas de Jornalismo;
- Discutir e avaliar, permanentemente, a instituição de uma “cultura” de pesquisa no Jornalismo, a partir dos cursos de graduação, pós-graduação e ações extensionistas, bem como iniciativas em redes e grupos de estudo, em atuação orgânica nos PPGs da área, bem como com todos os demais PPGs em Comunicação que mantêm linhas ou foco investigativo em Jornalismo;
- Solicitar, junto à direção da SBPjor, que o *Seminário Nacional da Pós-Graduação em Jornalismo* seja uma atividade anual integrante da agenda do encontro da entidade, buscando envolver estudantes e docentes pesquisadores nos debates e demandas que dizem respeito à pesquisa realizada nos programas e nas linhas de investigação especializadas em jornalismo;
- Incentivar, junto aos PPGs, as perspectivas conceituais e metodológicas da investigação jornalística como referência de ‘pesquisa aplicada’, dialogando e aprendendo com os demais setores do conhecimento científico (aplicado), “considerando, em especial, mas não exclusivamente, os programas de mestrado profissional da área”.

3. A institucionalização da pesquisa na pós-graduação em Jornalismo

Nos últimos anos, houve uma maior institucionalização da pesquisa em jornalismo nos programas de pós-graduação da área de Comunicação e Informação (antiga área de Ciências Sociais Aplicadas I) na Capes, no sentido de um maior número de programas e linhas de pesquisa atreladas diretamente ao jornalismo. Isso não significa desconsiderar outros programas e/ou linhas que façam pesquisas em jornalismo, mas somente que há uma faceta mais institucionalizada.

Em 2017, há cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* em Jornalismo, sendo dois acadêmicos (UFSC e UEPG) e três profissionais (UFPB, FIAM-FAAM e ESPM). Apenas um deles (UFSC) oferece também doutorado. Dois programas se localizam na região Sul do país, dois no Sudeste e um no Nordeste. Três são pertencentes a universidades públicas (duas federais e uma estadual) e duas a instituições privadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Programas de pós-graduação em Jornalismo no Brasil (ano-base: 2017)

Ano	Instituição	Programa	Modalidade	Nível
2007	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Jornalismo	Acadêmico	M/D
2013	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Jornalismo	Acadêmico	M
2013	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Jornalismo	Profissional	M
2015	FIAM-FAAM – Centro Universitário	Jornalismo	Profissional	M
2016	Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)	Produção Jornalística e Mercado	Profissional	M

Fonte: pesquisa empírica.

Esses programas somam, no total, nove linhas de pesquisa: “Jornalismo, Cultura e Sociedade” e “Tecnologias, Linguagens e Jornalismo”, da UFSC; “Processos de Produção Jornalística” e “Processos Jornalísticos e Práticas Sociais”, da UEPG; “Processos, Práticas e Produtos”, da UFPB; “Linguagens Jornalísticas e

Tecnologias” e “Jornalismo e Mercado de Trabalho”, do FIAM-FAAM; “Produção de Conteúdo” e “Lógicas de Modelo e Gestão em Jornalismo”, da ESPM.

Quadro 2 – Linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Jornalismo no Brasil (ano-base: 2017)

Instituição	Linhas de Pesquisa
UFSC	Jornalismo, Cultura e Sociedade / Tecnologias, Linguagens e Jornalismo
UEPG	Processos de Produção Jornalística / Processos Jornalísticos e Práticas Sociais
UEPB	Processos, Práticas e Produtos
FIAM-FAAM	Linguagens Jornalísticas e Tecnologias / Jornalismo e Mercado de Trabalho
ESPM	Produção de Conteúdo / Lógicas de Modelo e Gestão e Jornalismo

Fonte: pesquisa empírica.

Há ainda quatro periódicos científicos ligados aos programas em Jornalismo: *Estudos em Jornalismo e Mídia*, da UFSC (Qualis B1), fundada em 2004; *Revista Parágrafo*, do FIAM-FAAM (Qualis B4), fundada em 2013; *Âncora*, da UEPB (Qualis B4), fundada em 2014, e *Pauta Geral*, da UEPG (Qualis B5), fundada em 2014.

Identifica-se, em 2017, seis linhas de pesquisa de programas da área de Comunicação e Informação relacionadas diretamente ao jornalismo: “Jornalismo e Sociedade” (UnB), “Jornalismo e Processos Editoriais” (UFRGS), “Linguagem e Práticas Jornalísticas” (Unisinos), “Processos e Práticas em Jornalismo” (UFPI), “Produtos Midiáticos: Jornalismo e Entretenimento” (Cáster Líbero) e “Jornalismo, Mídias e Cultura” (UFT). Três oferecem cursos de mestrado e doutorado (UnB, UFRGS e Unisinos) e três somente mestrado (UFPI, Cáster Líbero e UFT). Dois PPGs com linhas de pesquisa se localizam no Sul do país, um no Sudeste, um no Centro-Oeste, um no Norte e um no Nordeste. Cinco pertencem a universidades públicas e uma à instituição privada (Quadro 3).

Quadro 3 – Linhas de pesquisa em Jornalismo em programas de pós-graduação em Comunicação e Informação (ano-base: 2017)

Instituição	Programa	Linha de Pesquisa	Modalidade	Nível
Universidade de Brasília (UnB)	Comunicação	Jornalismo e Sociedade	Acadêmico	M/D
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Comunicação e Informação	Jornalismo e Processos Editoriais	Acadêmico	M/D
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	Comunicação	Linguagem e Práticas Jornalísticas	Acadêmico	M/D
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Comunicação	Processos e Práticas em Jornalismo	Acadêmico	M
Faculdade Cásper Líbero	Comunicação	Produtos Midiáticos: Jornalismo e Entretenimento	Acadêmico	M
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Comunicação e Sociedade	Jornalismo, Mídias e Cultura	Acadêmico	M

Fonte: pesquisa empírica.

Assim, cinco programas em jornalismo, com nove linhas de pesquisa, e seis linhas de pesquisa pertencentes a programas em Comunicação estruturam a pesquisa em jornalismo no Brasil em nível de pós-graduação, totalizando 15 linhas de pesquisa. Ao fazer uma breve análise do conteúdo das ementas das linhas de pesquisa – texto institucional norteador –, podemos identificar que a palavra que mais aparece é a mais óbvia: jornalismo, com 28 menções nas 15 linhas de pesquisa. Mas as expressões subsequentes nos auxiliam a compreender quais os sentidos predominantes deste “jornalismo”: produção (17 menções), prática/práticas (11), processo/processos (10), social/sociais (10), tecnologia/tecnologias (9), informação (7), produto/produtos (7). Isso evidencia, de alguma maneira, as interfaces entre os programas e a necessidade de diálogo entre eles.

A presença de três mestrados profissionais em jornalismo (60% dos programas da área e um terço das linhas de pesquisa – 5 em 15) nos faz pensar sobre a emergência dessa modalidade *stricto sensu* no país. Em 1995, uma portaria (Nº 47, de 17 de outubro) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), presidida por Abílio Baeta Neves – que retornou ao cargo em 2016 – tratava de um “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Gradua-

ção Senso Estrito em Nível de Mestrado”. O autofinanciamento dos cursos e os projetos de parceria com o setor produtivo (bem como atividades de extensão) eram a tônica deste documento, que falava somente em “mestrados dirigidos à formação profissional”.

Somente em 1998, na portaria N° 080, de 16 de dezembro, há a resolução sobre o reconhecimento dessa flexibilização. Então, o curso é denominado “mestrado profissionalizante”. Segundo a Capes, a demanda decorre de uma “necessidade da formação de profissionais pós-graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos” (Capes, 1998, s/n). Não há diferenças substanciais entre esta portaria e a de 1995, que propõem estrita consonância com o setor produtivo. Além disso, a expressão “profissionalizante” poderia dar um sentido técnico-instrumental ao curso.

Após um período de vácuo em relação a essa modalidade de mestrado, em 2009, o então ministro da Educação Fernando Haddad publica uma portaria normativa (N° 17, de 28 de dezembro de 2009), onde o curso é nomeado, então, como “mestrado profissional”. Nesta portaria, o curso é compreendido de forma mais ampla, sem perder o caráter profissional e de aplicação. No artigo 3º, isso fica mais bem delineado, ao afirmar que o mestrado profissional possibilita:

I - a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação; II - a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos (Capes, 2009, s/n).

Isto é, o rigor metodológico e os fundamentos científicos não são esquecidos ou menosprezados, mas a partir deles serão pensados os conhecimentos aplicados, destinados à “transformação” de procedimentos e processos.

A portaria está em consonância com o documento de área de Comunicação e Informação da Capes em 2016, o primeiro a prever avaliação diferenciada para os mestrados profissionais. Neste documento, sinaliza-se que cada projeto

dentro de um curso desta modalidade deve prever pelo menos um tipo de impacto, citando e explicando alguns deles, tais como: social, cultural, econômico, tecnológico, legal, profissional e sanitário. Ou seja, os mestrados profissionais devem ter um caráter aplicado a partir de fundamentos científicos e rigor metodológico e não somente a partir de um teor mercadológico ou *in company*, mas considerando outras dimensões de aplicação.

No dia 23 de março de 2017, a Capes publica nova portaria (Nº 389) para efetuar a implementação dos doutorados profissionais. Em relação à portaria anterior, esta é mais enxuta, mas mantém o mesmo espírito da portaria anterior – mais aberto. Segue o artigo 2º, com relação aos objetivos do mestrado e do doutorado profissional:

- I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e
- IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (Capes, 2017, s/n).

Deste modo, podemos compreender que as demandas podem vir do mercado de trabalho, mas também de caráter social, organizacional ou profissional, e com vistas ao desenvolvimento da sociedade, em dimensão local, regional ou nacional.

É, pois, a partir do contexto das portarias de 2009 e 2017 que se deve compreender a emergência dos mestrados profissionais em Jornalismo. A partir da necessidade de projetos de cursos de mestrados mais focados em relação à gran-

de área da comunicação, o Jornalismo, até agora, possui o maior número de mestrandos profissionais na comunicação³.

O primeiro a ser criado foi o da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2013, o único até o presente momento a ter trabalhos defendidos. Sua área de concentração é em “Produção Jornalística” e possui somente uma linha de pesquisa, “Processos, Práticas e Produtos”. Em setembro de 2015, o mestrado profissional do FIAM-FAAM – Centro Universitário foi aberto, com a área de concentração “Práticas Jornalísticas” e as linhas de pesquisa “Linguagens Jornalísticas e Tecnologias” e “Jornalismo e Mercado de Trabalho”. No início do ano seguinte, teve início o mestrado em Produção Jornalística e Mercado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com área de concentração de mesmo nome e linhas “Produção de Conteúdo” e “Lógicas de Modelo e Gestão em Jornalismo”.

Os projetos de pesquisa dos programas envolvem temas como: jornalismo imersivo, inovação, desenvolvimento e difusão de aplicações interativas, jornalismo e dispositivos móveis, livro-reportagem, telejornalismo, recepção jornalística, inovação, rotinas produtivas, empreendedorismo, jornalismo alternativo e modelos de negócio, entre outros. Podemos compreender que, em certa medida, há três eixos que perpassam os interesses dos programas: a) linguagens e narrativas; b) tecnologias e dispositivos móveis; c) trabalho e gestão. Neste sentido, há potencialidades para diálogos e maior interface entre os programas.

4. A pesquisa aplicada na pós-graduação em jornalismo

Os seminários do PósJor nos anos de 2015 e 2016 discutiram a “pesquisa aplicada em jornalismo”. Este tópico não é recente na literatura sobre jornalismo. Há pelo menos uma década estudos têm sinalizado possibilidades para esta abordagem, particularmente porque, dentro da comunidade científica brasileira, jornalismo (como uma subárea da comunicação) situa-se dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas (MEDITSCH, 2004; MACHADO, 2004, 2005; FRANCIS-CATO, 2006). Machado já apontava, na época, que a hesitação dos pesquisadores

3. Fora os três de Jornalismo, a subárea de comunicação tem os seguintes mestrados profissionais: Tecnologias e Linguagens da Comunicação (UFRJ), Comunicação e Indústria Criativa (Unipampa) e Inovação na Comunicação de Interesse Público (USCS).

em jornalismo em optar por realizar pesquisa social aplicada (preferindo localizar-se no campo das ciências humanas) gerava, na área, uma incapacidade em desenvolver metodologias próprias de pesquisa e, em consequência, dificuldades em se constituir como um campo de conhecimento:

Ao defendermos a prioridade para a pesquisa aplicada nada mais queremos que, com mais de dois séculos de atraso, o circuito da produção de conhecimento seja completado no campo do jornalismo. Com o estímulo à pesquisa aplicada haveria a possibilidade para a pesquisa auto-reflexiva, - a que determina o nível de amadurecimento do próprio campo - e que permitiria a cobertura de uma lacuna que provoca muitos prejuízos ao processo de formação: o desenvolvimento de métodos de pesquisa e metodologias de ensino no campo do jornalismo (MACHADO, 2005).

Resumidamente, a pesquisa aplicada é definida “por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20). Conforme Santaella,

A motivação principal das pesquisas aplicadas, por seu lado, está na contribuição para resolver um problema. Para tal, ela aplicará conhecimentos já disponíveis, mas das aplicações podem resultar não apenas a resolução do problema que a motivou, mas também a ampliação da compreensão que se tem do problema, ou ainda a sugestão de novas questões a serem investigadas (SANTAELLA, 2001, p. 140).

O lugar da pesquisa aplicada na ciência não é, no entanto, uma questão meramente metodológica. Em vez disso, o centro do debate sobre seu uso passa pela reflexão e definição das políticas científicas de uma nação, seja por meio de recursos estatais ou privados. Compete ao Estado articular a ação dos agentes de pesquisa e criar condições para a complementaridade entre ciência e tecnologia, pesquisa básica (pura) e aplicada. Stokes (2005) debruça-se para compreender

as relações entre ciência e tecnologia em contextos históricos específicos, como os Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial, tentando formular um modelo de análise que superasse a dicotomia entre pesquisa básica e aplicada.

Uma das críticas que Stokes faz refere-se à pertinência do modelo que estabelece uma relação linear em um hipotético movimento de ligação entre um conhecimento que parte da ciência básica e vai em direção à ciência aplicada. O autor entende não ser este o movimento real da produção científica, sugerindo, em contrapartida, um modelo em forma de quadrilátero que possui quatro quadrantes, cada um com ênfase diferenciada: se pesquisa básica ou aplicada, suas relações com a produção de entendimentos fundamentais sobre uma questão ou, então, considerações sobre seu uso prático. Dentre esses quatro quadrantes, o autor dá atenção especial ao que denomina de “Quadrante de Pasteur”, por meio do qual reforça a importância da “pesquisa básica inspirada pelo uso” (2005, p. 132) e de experiências em que estão presentes variados graus de interação entre ciência e tecnologia.

A área de Comunicação tem, como objeto de estudo, os fenômenos comunicacionais, os quais demandam sua transformação e tratamento, por esta comunidade científica, em problemas empíricos (concretos e práticos), diferenciando-se dos problemas conceituais mais vinculados principalmente às ciências básicas (LAUDAN, 2011). Desta forma, poderíamos supor que a pós-graduação em Comunicação adotasse, com alguma frequência, perspectivas de pesquisa aplicada no sentido definido por Santaella.

Entretanto, em consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Capes⁴, repositório de todos os trabalhos finais dos programas de pós-graduação brasileiros, encontramos um número muito baixo de trabalhos em pesquisa aplicada na área de Comunicação. A pesquisa abrangeu os anos de 2013 a 2016, incluindo os trabalhos em Ciências Sociais Aplicadas de quatro subáreas: Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação e Museologia. Uma busca no repositório do banco de dissertações e teses da Capes operando a palavra-chave “pesquisa aplicada” no dia 14 de abril de 2017, utilizando a ferramenta da plata-

4. <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>

forma para localizar trabalhos que apresentavam essa expressão em um desses três elementos – título, resumo ou palavra-chave – possibilitou encontrar 29 resultados (Tabela 2).

Tabela 2 – Teses e Dissertações com o termo “pesquisa aplicada” – 2013 a 2016

Subárea	Trabalhos
Biblioteconomia	1
Ciência da Informação	20
Comunicação	7
Museologia	1

Fonte: Banco de Teses e Dissertações/Capes.

Os dados acima refletem, em linhas gerais, a vocação de pesquisa de cada subárea de pós-graduação conforme volume e tipos de pesquisa realizados nesses quatro anos. Para este artigo, o foco é identificar os trabalhos na subárea de Comunicação. De início, buscou-se, de forma mais precisa, o sentido atribuído ao termo “pesquisa aplicada” nos trabalhos para confirmar se enquadram-se na concepção expressa anteriormente.

Dos sete estudos de pós-graduação que continham o termo no título, resumo ou palavra-chave, uma dissertação usava-o para negar tratar-se de pesquisa aplicada e outros três trabalhos detalharam sua metodologia caracterizando-a como pesquisa descritiva para produção de diagnósticos sobre fenômenos ou situações. Apenas três pesquisas (dissertações) demonstravam estar executando pesquisa aplicada. Casualmente, os três trabalhos eram sobre jornalismo, sendo dois oriundos do Mestrado em Jornalismo da UFSC e um terceiro do Mestrado em Comunicação da UFPR. As duas primeiras desenvolviam processos e produtos para o jornalismo digital (ALEXANDRE, 2016; OLIVEIRA, 2013) e a terceira um modelo de jornal comunitário (ORLANDINI, 2016). Deve-se registrar que nenhum outro fenômeno dentro das demais especialidades da área de Comunicação foi objeto de pesquisa aplicada nos quatro anos abrangidos pela pesquisa, o que expressa a pouca vocação concreta da área de Comunicação como um todo

para este tipo de investigação, embora esteja presente, nesta comunidade, uma retórica que defenda sua importância para a Comunicação.

O *III Seminário de Pós-Graduação em Jornalismo*, realizado durante o 14º Encontro Anual da SBPJor, em 2016, na cidade de Palhoça (SC), teve a pesquisa aplicada como tema central das discussões. Após relatos apresentados por representantes de programas em pós-graduação e a ênfase na importância desta pesquisa para os estudos sobre jornalismo, alguns tópicos foram sistematizados como uma possibilidade de constituição de uma agenda de temas e desafios para uma maior institucionalização deste tipo de pesquisa na pós-graduação:

- a) O produto final de uma pesquisa aplicada: apesar de esta pesquisa buscar, em linhas gerais, a resolução de problemas de ordem prática, o que significa isto para a concepção de uma dissertação ou tese? Seu objetivo se limitaria a isso ou sua responsabilidade como produto final de um mestrado ou doutorado é também produzir (refinar, ampliar) conhecimento teórico da ciência básica?
- b) Mecanismos de avaliação da pesquisa aplicada: já que a dissertação ou tese são os produtos finais avaliados por bancas de conclusão de curso, torna-se necessário indicar critérios ou requisitos que um trabalho baseado em pesquisa aplicada deve atender. Por exemplo: basta a concepção de protótipos de produtos ou mesmo de processos? É necessário o teste destes protótipos em situação real de uso? A concepção e o teste devem levar à produção de conhecimento teórico de ordem conceitual ou seu alcance pode ficar restrito à dimensão prática? Aqui, talvez surja a diferença entre uma pesquisa aplicada em seu sentido geral, que pode estar limitada aos seus resultados práticos, e um trabalho de conclusão de um curso de mestrado e doutorado, que tem por meta (e talvez por dever) a produção de conhecimento científico, o que significa contribuir para a construção da ciência básica.

- c) A pesquisa individual ou em equipe: uma dissertação ou tese produzidas sob o foco da pesquisa básica já possuem toda uma circunscrição das atividades e metodologias a serem utilizadas considerando-se as exigências e viabilidade para sua conclusão dentro do período de trabalho. Entretanto, o desenvolvimento de novos processos e produtos não necessariamente consegue ser iniciado e concluído no intervalo de 30 meses (mestrado) ou 48 meses (doutorado). Alternativas a esta dificuldade podem ser a participação de mestrandos ou doutorandos em projetos de pesquisa com produtos práticos já em andamento ou a constituição de equipes para dar conta da multiplicidade de tarefas que incluem a criação e finalização de um protótipo. Nos dois casos, o desafio é estabelecer fronteiras claras que permitam destacar, para fins de avaliação, o trabalho específico do discente de pós-graduação daquele trabalho realizado por outros membros da equipe, incluindo seu professor orientador.
- d) A questão ética na pesquisa aplicada: sabe-se que toda ação humana tem uma dimensão ética, o que alcança também todas as formas de conhecimento científico. Entretanto, a pesquisa aplicada indica que o conhecimento científico em produção afetará diretamente comunidades (indivíduos, grupos, organizações ou a sociedade como um todo), enquanto que, na pesquisa básica, essa consequência poderá ser indireta ou de longo prazo. Portanto, o controle ético sobre a pesquisa aplicada é ainda mais necessário. Há, aqui, uma discussão mais explícita sobre as finalidades do conhecimento produzido (“para que” realizar determinada pesquisa aplicada) e também quem serão os agentes sociais beneficiados por ela, como as corporações empresariais jornalísticas, a administração do Estado ou as organizações da sociedade civil (“para quem” determinada pesquisa aplicada é realizada).
- e) Interações com o ensino: ao propor uma mudança de foco do diagnóstico realizado tradicionalmente pela pesquisa básica e valorizando

o desenvolvimento de novos processos e produtos, a pesquisa aplicada toca em questões que são fundamentais para a formação de novos jornalistas. Em particular, a busca por novos processos de produção jornalística nos setores produtivos relaciona-se ao desafio do aprimoramento das metodologias de ensino no ambiente de graduação. Este é um lugar, por excelência, da experimentação de novas linguagens, processos e produtos, portanto pode ser também parceiro na produção do conhecimento aplicado na pós-graduação.

- f) Interações com a extensão: a resolução de um problema prático indica a preocupação central, mencionada anteriormente, sobre a dimensão do “uso” social do conhecimento científico. Ou de que formas a universidade contribui para o enfrentamento de problemas práticos da sociedade, algo que está no escopo das ações de extensão. É preciso, então, criar critérios e procedimentos para aproximar e diferenciar as ações de pós-graduação e de extensão.

5. Considerações finais

Nas três edições já realizadas, os seminários de pós-graduação em jornalismo têm procurado debater o perfil de implementação dos PPGs em Jornalismo e os desafios em busca da excelência científica, bem como os modelos de formação pós-graduada acadêmica e profissional. Assim, as discussões desenvolvidas têm contribuído para indicar movimentos da pesquisa na abordagem de problemas que envolvem as mudanças nas rotinas de produção, circulação e recepção dos conteúdos jornalísticos, sob a égide do paradigma tecnológico-informacional.

O fato de os seminários estarem se realizando anualmente articulados aos encontros da SBPJor vem contribuindo para maior integração entre, por um lado, uma perspectiva institucional focada no funcionamento da pesquisa na pós-graduação e, por outro, as multiplicidades de perspectivas de estudo e leituras sobre o jornalismo em mesas-redondas e grupos de trabalho, em que transitam debates tradicionais sobre teorias e metodologias de pesquisa em jornalismo e perspectivas emergentes e inovadoras. Esta interação entre a pós-graduação e a

pesquisa em jornalismo em geral amplia tanto as possibilidades de investigação quanto a diversidade dos atores acadêmicos participantes, incluindo-se também professores e alunos da graduação.

Um dos objetivos dos seminários tem sido o estímulo à formação de consórcios, projetos comuns e ações cooperativas, visando ao fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa interinstitucional. Isso se torna mais necessário para pesquisadores inseridos em programas de pós-graduação em Comunicação em que o suporte institucional para pesquisa específica em jornalismo seja proporcionalmente menor em relação às outras subáreas prioritárias desses programas.

Além disso, um dos horizontes dos debates nos seminários tem sido o incentivo à criação de novos cursos e linhas de pesquisa em Jornalismo. Este é um aspecto institucional relevante dos debates, mas as edições do seminário têm almejado também contribuir ao processo de crescimento no domínio teórico-metodológico sobre o fenômeno jornalístico e, ao mesmo tempo, na capacidade de desenvolvimento de instrumentos para qualificar a atividade.

Referências

- ALEXANDRE, T. B. *Telemobile: Indicativos para um modelo de telejornal para dispositivos móveis*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- Capes. Portaria N° 080, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_Capes_080_1998.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.
- _____. Portaria N° 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. *Diário Oficial da União*. Brasília DR, 29 dez, 2009.
- _____. Portaria N° 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. *Diário Oficial da União*. Brasília DR, 24 mar, 2017.
- FRANCISCATO, C. E. Considerações Metodológicas sobre a Pesquisa Aplica-

da em Jornalismo. *Anais do IV Encontro da SBPJor*. Porto Alegre:UFRGS, 2006.

LAUDAN, L. *O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MACHADO, E. Dos Estudos sobre o Jornalismo às teorias do Jornalismo (Três Pressupostos para a Consolidação do Jornalismo como Campo de Conhecimento). *e-compós – Revista de Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Ed.1, dez 2004. Disponível em: <www.compos.org.br/e-compos>. Acesso em: 14 fev. 2005.

_____. Pesquisa aplicada ao desenvolvimento. *Observatório de Imprensa*. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=324DAC003>>. Acesso em: 3 mar. 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. Estudos em Jornalismo. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Vol XXVII, nº 2, jul/dez 2004. São Paulo: Intercom, 2004, p. 93-107.

MELO, José Marques de. e CASTRO, Daniel (orgs.). *Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil*. 2011/2012, Vol. 3: Memória. Brasília: IPEA/Socicom, 2012.

OLIVEIRA, V. R. *Interfaces jornalísticas em tablets: o design digital da informação nos aplicativos móveis*. 269 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ORLANDINI, M. G. *Comunicação comunitária a exercício da cidadania: produção do jornal Pisa Ligeiro*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Paraná, 2016.

PROGRAMAS de Pós-Graduação em Jornalismo realizam 2º Seminário Nacional em Campo Grande. UFMS, Ciberjor, 03/11/2015. Disponível em: <www.ciberjor.ufms.br/sbpjor2015/2015/11/03/programas-de-pos-graduacao-em-jornalismo-realizam-o-2o-seminario-nacional-em-campo-grande-durante-sbpjor-2015>. Acesso em: 5 maio 2017.

- SANTAELLA, L. *Comunicação e Pesquisa – Projetos para Mestrado e Doutorado*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- TONUS, Mirna e GADINI, Sérgio Luiz. “Ensino de jornalismo”. In: MELO, José Marques de. e CASTRO, Daniel (orgs.). *Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil*. 2011/2012. Flagrantes. Brasília: IPEA/Socicom, 2012, pp. 201-206.